



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

DISPENSA Nº 018/2023

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARINHANHA - BAHIA, Rua do Paraíso, s/nº - Centro, CEP: 46.445-000 - Carinhanha - BA, devidamente cadastrado no CNPJ sob n.º 13.842.588/0001-72, por intermédio do Departamento de Compras, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 17/07/2023, ÀS 16:00 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENTREGA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	Sede do SAAE - Rua do Paraíso, s/nº - Centro, CEP: 46.445-000 - Carinhanha - BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	saecar@bol.com.br
LINK DO EDITAL:	http://carinhanha.ba.gov.br/diario_oficial

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto desta a contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de laboratório, utilizados para realização das análises dos parâmetros da água distribuída pelo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto-SAAE do Município de Carinhanha-BA.

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;
- **ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA;

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARINHANHA - BA, para exercício de 2023, na classificação abaixo:

05.14.01 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
17.512.2146 - Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
17990000 - Fonte

3. DO VALOR ESTIMADO:



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

3.1 O valor global estimado para contratação será de **R\$ 40.164,00 (quarenta mil, cento e sessenta e quatro reais)**.

4. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente **CHAMADA PUBLICA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, conforme previsto no § 3º do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21, e os respectivos documentos deverão ser entregues na Sede do SAAE ou encaminhados através do e-mail: saaecar@bol.com.br, preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA**.

4.1.1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 17 de julho de 2023 às 16:00h

1.4. Habilitação Jurídica:

1.4.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.4.1. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.4.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4.1. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

1.4.1. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

1.4.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.5. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

- 1.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.5.4. ***declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;***
- 1.5.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 1.5.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 1.5.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 1.5.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 1.5.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

4.1.1.2. Proposta de Preço/Cotação:

- A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital;
- As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação;
- Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

5. DO PAGAMENTO:

- 5.1. O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 6.1. Poderá o SAAE revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 6.2. O SAAE deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que houver ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 6.3. A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo SAAE do Município de Carinhanha-BA.

Cocos-BA, 11 de julho de 2023.

Damião Ribeiro dos Santos
Diretor



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

ANEXO I

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de laboratório, utilizados para realização das análises dos parâmetros da água distribuída pelo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto-SAAE do Município de Carinhanha-BA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (MÁXIMO)	VALOR TOTAL (MÁXIMO)
1	Colorímetro Microprocessado Digital, Cloro 0-5 mg/l DLA-CL. Permite a gravação e a visualização dos resultados de até 50 análises de Cloro e a transferência dos dados gravados através de saída RS 232. Gabinete em ABS, teclado em policarbonato resistente à corrosão e respingos. Visor LCD 2 linhas x 16 caracteres, com função back-light par leitura em ambientes pouco iluminados. Leituras de 0,00 a 2,50 mg/l e 2,6 a 5,0 mg/l, em até 5 segundos. Emissor em LED. Sensor fotodiodo de silício. Precisão melhor que 1,5% - final de escala. Resolução de 1,01 mg/l. Desligamento automático após 1 minuto sem utilização, inserção de curva de calibração pelo usuário com 7 pontos, possibilitando que o mesmo possa usar seus próprios reagentes. Alimentação com bateria de 9 V, permitindo realização de mais de 3.000 leituras e fonte externa 100/240 V. Deverá atender a Portaria GM/MS nº 888, de 04/05/2021. Deverá acompanhar o equipamento: maleta para transporte, 03 cubetas de vidro com tampa, DPD para análises de Cloro Total e Livre, 01 padrão secundário de Cloro de 2,00 mg/l, bateria de 9 V e fonte chaveada (NBR 14136) de 100 a 240 v – 47/64 Hz.	Unid.	5	R\$ 1.788,00	R\$ 8.940,00
2	PHMetro Microprocessado Digital de Bancada 5 botões, Modelo DL-PH. Totalmente microprocessado mede PH, MV, ORP e Temperatura. Deverá trabalhar com todos os tipos de eletrodos. Sensor de temperatura individual em aço inox. Visor LCD alfanumérico de 2 linhas X 16 caracteres, com back-ligth para leitura em ambientes pouco iluminados. Fornece mensagens que	Unid.	4	R\$ 2.280,00	R\$ 9.120,00

Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

	<p>guiam o usuário e impedem erros de utilização. Verifica defeitos no eletrodo, sensor de temperatura e nas soluções tampão, informando em caso de problemas. Mostra simultaneamente o PH e temperatura da solução. Gabinete em ABS, resistente à respingos de água e produtos químicos, com suporte individual para eletrodo e sensor de temperatura. Permite a gravação e visualização de até 100 resultados de PH. Configuração de máxima e mínima com alarme sonoro. Faixa de trabalho: PH – 2,00 a 20,00 mV – 2000 a +2000, Temperatura -30,0 a + 120 °C. Calibração automática em até 5 pontos. Tampões PH +- 0,01, mV +- 1, Temperatura +- 0,1 °C. Fonte de alimentação 90/240 V, 47/64Hz. Saída para computador tipo USB. Deverá atender a Portaria GM/MS nº 888, de 04/05/2021.</p>				
3	<p>Colorímetro Microprocessado Digital, Cor de Água - DLA-COR. Determinação de cor natural e cor aparente em água, método platino/cobalto. Resoluções selecionáveis de 0,0 a 500 uC ou de 0 a 500 uC. Leitura em RGB, entre 400 a 700 mm. Emissor em LED. Sensor de fotodiodo de silício. Reprodutibilidade faixa de medição de 0 a 500 uC. Leitura direta em uC. Resolução 0,1/1uC. Reprodutibilidade +- 1,0%. Precisão fotométrica +- 3uC ou 3% da leitura (o que for maior). Permite a gravação e a visualização dos resultados de até 50 análises e a transferência dos resultados das análises através da saída RS 232 para computador ou impressora. Gabinete em ABS, teclado em policarbonato resistente à corrosão e respingos. Visor LCD 2 linhas x 16 caracteres, com função back-light para leitura em ambientes pouco iluminados. Desligamento automático após 3 minutos sem utilização, inserção de curva de calibração pelo usuário. Alimentação por bateria de 9 V e/ou fonte chaveada de 100 a 240 V – 47/64 Hz. Deverá atender a Portaria GM/MS nº 888, de 05/05/2021.</p>	Unid.	4	R\$ 2.820,00	R\$ 11.280,00
4	<p>Turbidímetro Microprocessado Digital Modelo DLT-JE. Para análise de turbidez em água potável, tratamento de água no campo ou laboratório. Deverá atender a portaria GM/MS nº 888, de 04/05/2021. Gabinete em ABS. Visor LCD 2 linhas x 16 caracteres com exibição de diversas mensagens e função back-light para leituras em ambiente pouco iluminados. Emissor em estado sólido 850 nm. Norma ISO 7027. Detectores em fotocélulas de silício, sistema de medição que elimina interferência da cor na amostra. Leitura manual, Leituras em NTU, EBC, ASBC, FTU e SULFATO (PPM). Alimentação com fonte chaveada de 100 a 240 v – 47/64 Hz e 4 pilhas AA. Princípio de medição: Nefelométrico. Faixas de medição: 0,00 a 19,99; 20,0 a 99,9 e de 100 a 1100 NTU, 0,0 a 250,0 EBC, 0 a 1500 ASBC e 0,0 a</p>	Unid.	4	R\$ 2.706,00	R\$ 10.824,00



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

19,9; 20 a 80 PPM de sulfato. Resolução: 0,01 – 0,1 – 1 NTU e FTU. Precisão fotométrica: +- 2% na faixa de 0 a 500 NTU e +- 3% de 501 a 1100 NTU. Repetibilidade +- 1% da leitura ou 0,01 NTU. Inserção de curva de calibração pelo usuário com 20 pontos selecionáveis (1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 20, 30 40, 50, 80, 100, 200, 300, 400, 500, 600, 800 e 1000 NTU.				
TOTAL				R\$ 40.164,00

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 40.164,00 (quarenta mil, cento e sessenta e quatro reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A presente contratação objetiva manter a continuidade na realização das análises da água e disponibilidade da mesma pelo SAAE do Município de Carinhanha-BA, dentro dos padrões exigidos pela Portaria de Consolidação nº 05, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada na planilha descrita no item 1.1 do Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Sustentabilidade:

5.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1.1.1. O atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

5.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

5.1.2.1. Na presente contratação não será necessária a indicação da marca.

5.1.3. Da exigência de amostra:

5.1.3.1. Serão exigidas amostras dos itens, objeto de contratação.

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. O prazo de entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, em remessa única.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (02) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000.

6.4. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Não será exigida garantia contratual dos equipamentos, complementar à garantia legal.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

- 8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 8.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto aos órgãos competentes.
- 8.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 8.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 8.13. **Habilitação Jurídica:**
- 8.13.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.13.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.13.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.13.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 8.13.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.13.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

- 8.13.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.14. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**
- 8.14.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.14.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.14.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14.4. *declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*
- 8.14.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.14.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.14.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.14.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.14.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhonha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

05.14.01 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

17.512.2146 - Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

17990000 - Fonte

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Damião Ribeiro dos Santos
Diretor



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE VALOR Nº 018/2023 **COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021**

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de laboratório, utilizados para realização das análises dos parâmetros da água distribuída pelo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto-SAAE do Município de Carinhanha-BA, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Colorímetro Microprocessado Digital, Cloro 0-5 mg/l DLA-CL. Permite a gravação e a visualização dos resultados de até 50 análises de Cloro e a transferência dos dados gravados através de saída RS 232. Gabinete em ABS, teclado em policarbonato resistente à corrosão e respingos. Visor LCD 2 linhas x 16 caracteres, com função back-light par leitura em ambientes pouco iluminados. Leituras de 0,00 a 2,50 mg/l e 2,6 a 5,0 mg/l, em até 5 segundos. Emissor em LED. Sensor fotodiodo de silício. Precisão melhor que 1,5% - final de escala. Resolução de 1,01 mg/l. Desligamento automático após 1 minuto sem utilização, inserção de curva de calibração pelo usuário com 7 pontos, possibilitando que o mesmo possa usar seus próprios reagentes. Alimentação com bateria de 9 V, permitindo realização de mais de 3.000 leituras e fonte externa 100/240 V. Deverá atender a Portaria GM/MS nº 888, de 04/05/2021. Deverá acompanhar o equipamento: maleta para transporte, 03 cubetas de vidro com tampa, DPD para análises de Cloro Total e Livre, 01 padrão secundário de Cloro de 2,00 mg/l, bateria de 9 V e fonte chaveada (NBR 14136) de 100 a 240 v – 47/64 Hz.	Unid.	5		
2	PHMetro Microprocessado Digital de Bancada 5 botões, Modelo DL-PH. Totalmente microprocessado mede PH, MV, ORP e Temperatura. Deverá trabalhar com todos os tipos de eletrodos. Sensor de temperatura individual em aço inox. Visor LCD alfanumérico de 2 linhas X 16 caracteres, com back-ligth para leitura em ambientes pouco iluminados. Fornece mensagens que guiam o usuário e impedem erros de utilização. Verifica defeitos no eletrodo, sensor de temperatura e nas soluções	Unid.	4		

Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

	<p>tampão, informando em caso de problemas. Mostra simultaneamente o PH e temperatura da solução. Gabinete em ABS, resistente à respingos de água e produtos químicos, com suporte individual para eletrodo e sensor de temperatura. Permite a gravação e visualização de até 100 resultados de PH. Configuração de máxima e mínima com alarme sonoro. Faixa de trabalho: PH – 2,00 a 20,00 mV – 2000 a +2000, Temperatura -30,0 a + 120 °C. Calibração automática em até 5 pontos. Tampões PH +- 0,01, mV +- 1, Temperatura +- 0,1 °C. Fonte de alimentação 90/240 V, 47/64Hz. Saída para computador tipo USB. Deverá atender a Portaria GM/MS nº 888, de 04/05/2021.</p>				
3	<p>Colorímetro Microprocessado Digital, Cor de Água - DLA-COR. Determinação de cor natural e cor aparente em água, método platino/cobalto. Resoluções selecionáveis de 0,0 a 500 uC ou de 0 a 500 uC. Leitura em RGB, entre 400 a 700 nm. Emissor em LED. Sensor de fotodiodo de silício. Reprodutibilidade faixa de medição de 0 a 500 uC. Leitura direta em uC. Resolução 0,1/1uC. Reprodutibilidade +- 1,0%. Precisão fotométrica +- 3uC ou 3% da leitura (o que for maior). Permite a gravação e a visualização dos resultados de até 50 análises e a transferência dos resultados das análises através da saída RS 232 para computador ou impressora. Gabinete em ABS, teclado em policarbonato resistente à corrosão e respingos. Visor LCD 2 linhas x 16 caracteres, com função back-light para leitura em ambientes pouco iluminados. Desligamento automático após 3 minutos sem utilização, inserção de curva de calibração pelo usuário. Alimentação por bateria de 9 V e/ou fonte chaveada de 100 a 240 V – 47/64 Hz. Deverá atender a Portaria GM/MS nº 888, de 05/05/2021.</p>	Unid.	4		
4	<p>Turbidímetro Microprocessado Digital Modelo DLT-JE. Para análise de turbidez em água potável, tratamento de água no campo ou laboratório. Deverá atender a portaria GM/MS nº 888, de 04/05/2021. Gabinete em ABS. Visor LCD 2 linhas x 16 caracteres com exibição de diversas mensagens e função back-light para leituras em ambiente pouco iluminados. Emissor em estado sólido 850 nm. Norma ISO 7027. Detectores em fotocélulas de silício, sistema de medição que elimina interferência da cor na amostra. Leitura manual, Leituras em NTU, EBC, ASBC, FTU e SULFATO (PPM). Alimentação com fonte chaveada de 100 a 240 v – 47/64 Hz e 4 pilhas AA. Princípio de medição: Nefelométrico. Faixas de medição: 0,00 a 19,99; 20,0 a 99,9 e de 100 a 1100 NTU, 0,0 a 250,0 EBC, 0 a 1500 ASBC e 0,0 a 19,9; 20 a 80 PPM de sulfato. Resolução: 0,01 – 0,1 – 1 NTU e FTU. Precisão fotométrica: +- 2% na faixa de 0 a</p>	Unid.	4		



Autarquia Municipal Criada pela Lei nº. 328, de 06 de novembro de 1967
Rua do Paraíso, s/nº - Centro, Carinhanha/BA – CEP. 46.445-000
CNPJ: 13.842.588/0001-72

500 NTU e +- 3% de 501 a 1100 NTU. Repetibilidade +- 1% da leitura ou 0,01 NTU. Inserção de curva de calibração pelo usuário com 20 pontos selecionáveis (1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 20, 30 40, 50, 80, 100, 200, 300, 400, 500, 600, 800 e 1000 NTU.				
TOTAL				

Valor Global da Proposta;

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social;

Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

_____, __ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.